Conhecimento que constrói o amanhã

Mesa temática 3

Meio Ambiente, Clima e Sociedade: caminhos para um desenvolvimento sustentável no estado do Maranhão

O papel do ZEE na trilha do desenvolvimento sustentável

Bruno Siqueira Abe Saber Miguel
bruno.miguel@mma.gov.br

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano

Estocolmo – 1972

PRINCÍPIO 13 : A fim de alcançar uma **administração mais racional dos recursos** e melhorar assim as condições ambientais, os Estados devem adotar um **enfoque integrado e coordenado do planejamento** de seu desenvolvimento, a fim de assegurar a compatibilidade desse processo com a necessidade de proteger e melhorar o meio humano em benefício de sua população.

PRINCÍPIO 14 : O **planejamento racional** constitui um instrumento indispensável para **conciliar as diferenças** que possam surgir entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente.



O Ministro Costa Cavalcanti chefia a delegação do Brasil na Conferência de Estocolmo

ONU considera integrados ecologia e desenvolvimento

O secretário-geral da I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente, Maurice Strong, do Canadá, disse na abertura da reunião que "se o objetivo do empenho humano é aumentar o bem-estar geral, e não apenas aumentar o Produto Nacional Bruto, os fatores ecológicos deverão ser parte integrante da estratégia do desenvolvimento."

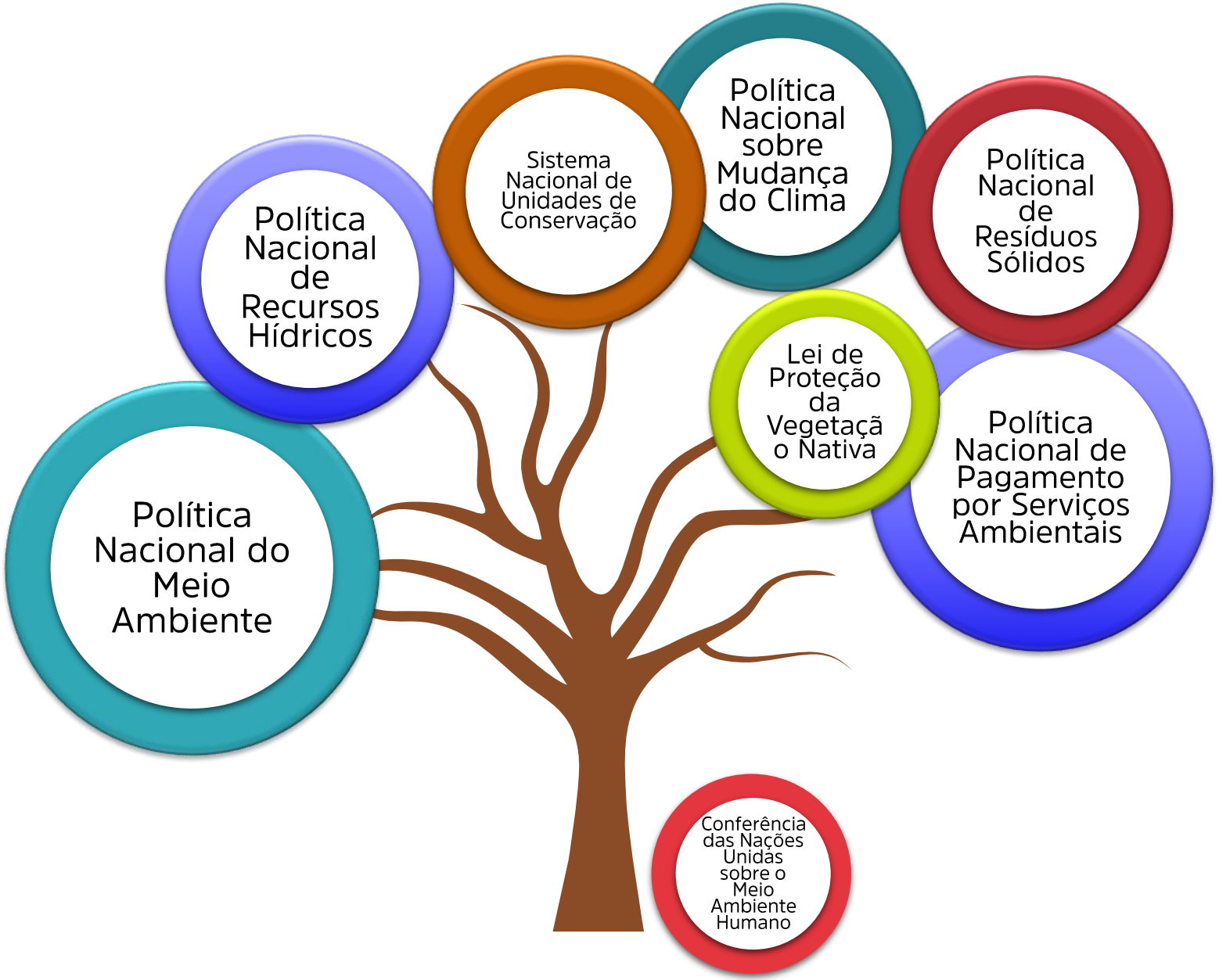
Strong falou a 1 500 delegados de 112 países, inclusive o Brasil, e destacou que a miséria — ao lado da poluição das águas e do ar — é também um fator perturbador do meio humano.

Momentos antes, na cerimônia de inauguração da Conferência de Estocolmo, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, fizera um apelo a todos os países do mundo no sentido de que reduzam, até que seja suprimida definitivamente, "a pior de todas as poluições — a armamentista."

— Não podemos superar os graves problemas da miséria, da explosão demográfica, da contaminação, do abismo cada vez maior que se abre no desenvolvimento, a menos que uma parte substancial dos fundos destinados a fins militares sejam utilizados em outros campos — afirmou o Secretário-Geral da ONU.

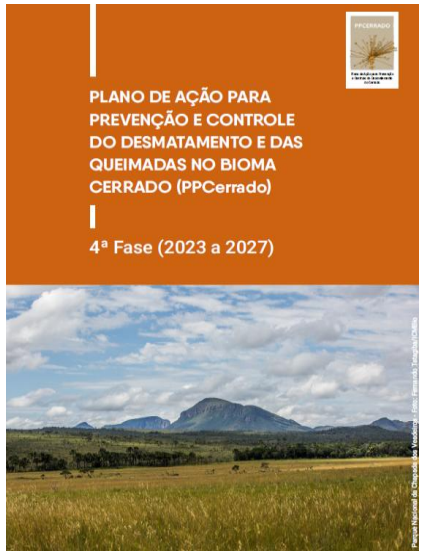
A União Soviética e os países da Europa Oriental — com exceção de Iugoslávia e Romênia — não participaram da conferência em protesto pela exclusão da Alemanha Oriental. (P. 9)

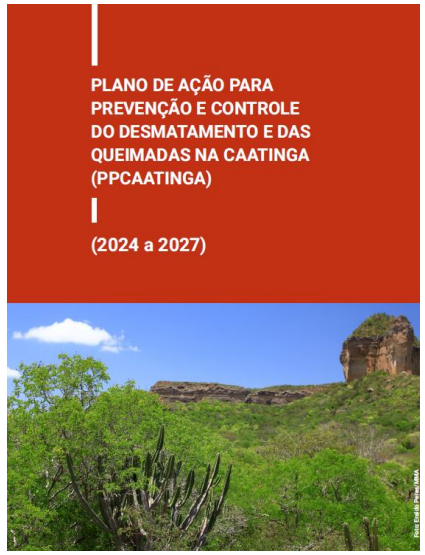
O papel do ZEE na trilha do desenvolvimento sustentável

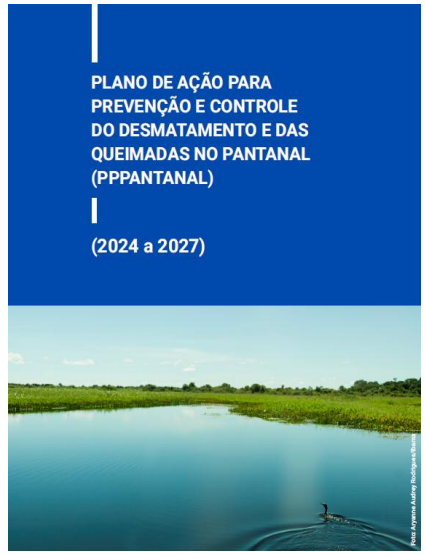


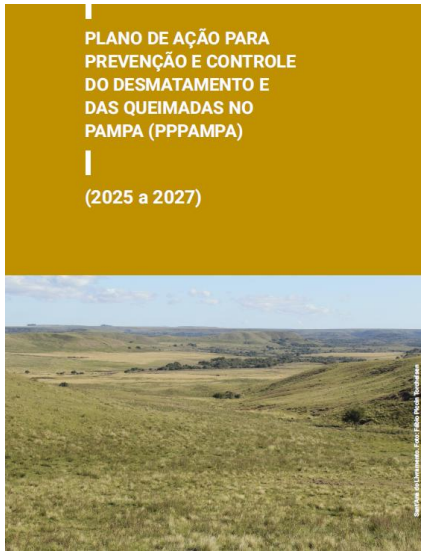
O papel do ZEE na trilha do desenvolvimento sustentável

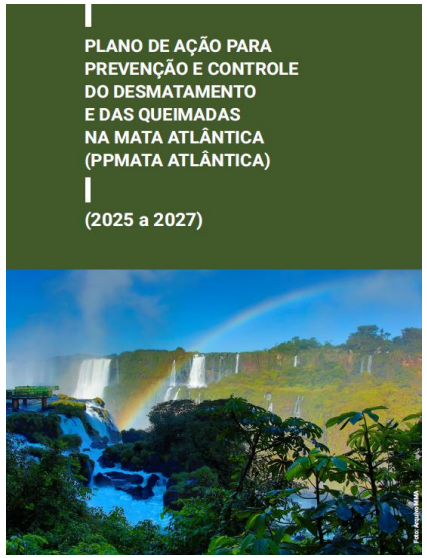












Pela primeira vez, o Brasil possui PPCDs para todos os biomas

5ª Fase PPCDAm (jun/23)

4ª Fase PPCerrado (nov/23)

1ª Fase PPCaatinga (dez/24)

1ª Fase PPPantanal (dez/24)

1ª Fase PPPampa (mai/25)

1ª Fase PPMata Atlântica (mai/25)

O papel do ZEE na trilha do desenvolvimento sustentável

- **Eixos** → Ordenamento fundiário e territorial
- **Objetivos**
- **Resultados esperados** → Diretrizes de uso e ocupação em bases sustentáveis estabelecidas
- **Linhas de ação** → Apoiar a elaboração e revisão do zoneamento ecológico-econômico dos estados da Amazônia Legal, com foco no desmatamento zero até 2030 e na estratégia nacional de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD)
- **Metas e indicadores**
- **Prazos e responsáveis**

O papel do ZEE na trilha do desenvolvimento sustentável



B R A S I L

- Iniciativas governamentais desarticuladas
- Modelo de desenvolvimento extensivo

Planejamento territorial em bases sustentáveis

S US T E N T A B I L I D A D E

Planejamento estratégico e integrado

Informações sobre o território em bases geográficas

Conhecimento do território segundo suas vulnerabilidades e potencialidades

Concepção e espacialização das políticas públicas

Mobilização, articulação e capacitação dos agentes públicos e privados

Ocupação racional do território e uso sustentável dos recursos naturais

O papel do ZEE na trilha do desenvolvimento sustentável



Fonte: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2025

94% do território nacional possui alguma iniciativa de ZEE (federal ou estadual) concluída, grande parte, porém, há mais de 10 anos.

Dentre aqueles estados ainda sem ZEE, Santa Catarina está com suas iniciativa em curso, o que destaca a necessidade de um maior estímulo aos estados do Nordeste.

O papel do ZEE na trilha do desenvolvimento sustentável

A malha fundiária do Brasil ainda possui grandes lacunas, incertezas e irregularidades, o que compromete a aplicação dos instrumentos de planejamento territorial

Estima-se que haja, em todo o Brasil, mais de 100 milhões de hectares de terras públicas ainda não destinadas

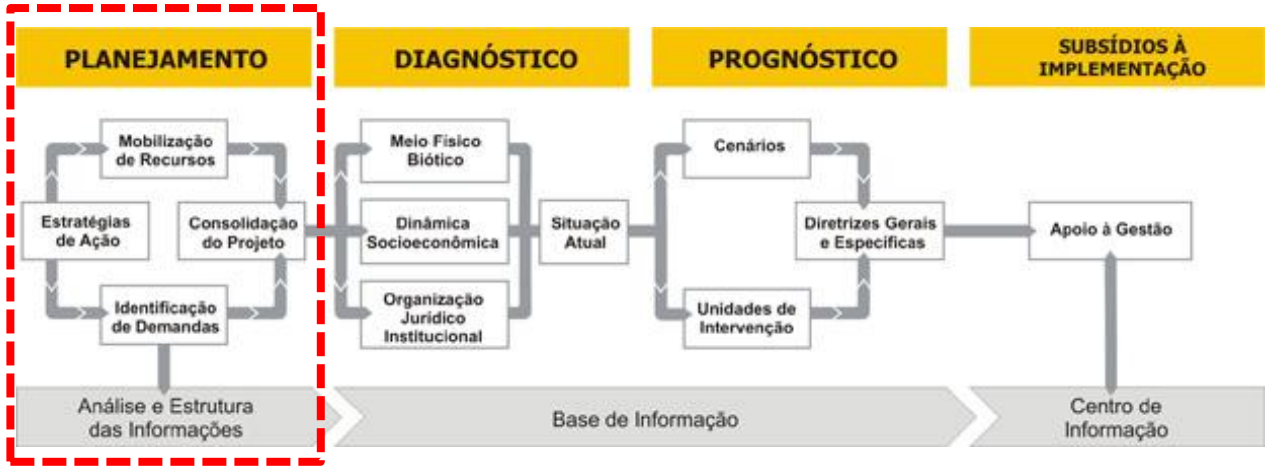
O planejamento integrado do território não constitui prioridade dos órgãos centrais de planejamento, tendo maior relevo iniciativas de planejamento setoriais de cada pasta frente a seus objetivos específicos

Ausência de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial e baixa importância atribuída à Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Omissão dos órgãos centrais de governo na elaboração e coordenação de um planejamento de longo prazo

O papel do ZEE na trilha do desenvolvimento sustentável

O ciclo de elaboração do ZEE não é trabalhado em sua totalidade e, ao mesmo tempo, apresenta lacunas que comprometem sua efetividade e reconhecimento

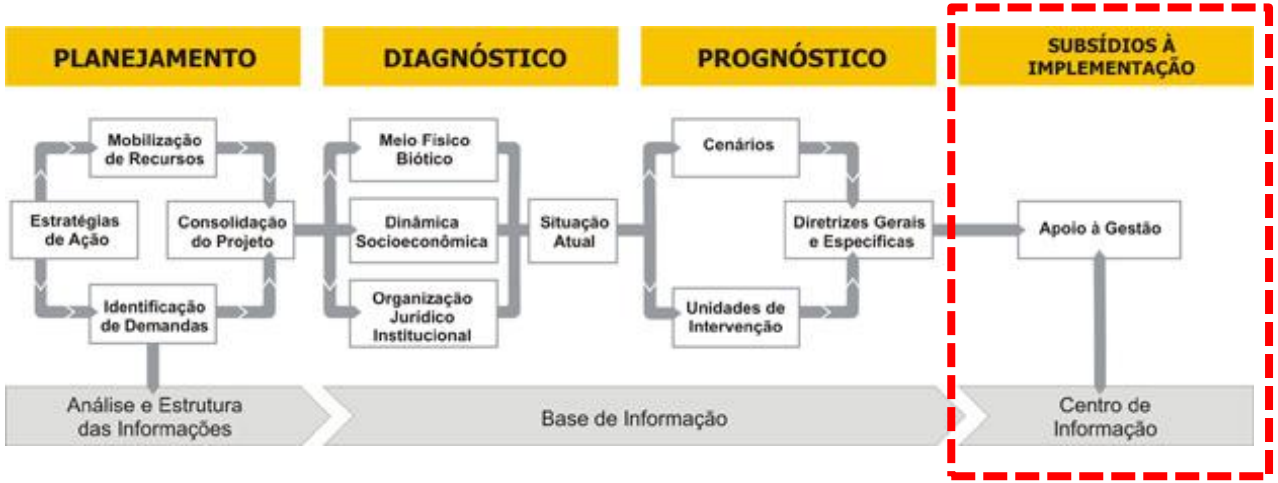




- Desalinhamento entre o ZEE e as prioridades de governo
- Indefinição das principais questões a serem respondidas por meio do ZEE
- Insuficiência dos mecanismos de sensibilização e participação social
- Baixo nível de envolvimento institucional nos colegiados responsáveis pelo ZEE
- Equipes de coordenação do ZEE reduzidas e com poucos servidores efetivos

O papel do ZEE na trilha do desenvolvimento sustentável

O ciclo de elaboração do ZEE não é trabalhado em sua totalidade e, ao mesmo tempo, apresenta lacunas que comprometem sua efetividade e reconhecimento



- Carência de planos de ação para as iniciativas de ZEE, com metas e indicadores definidos
- Ausência de um sistema de monitoramento e avaliação das iniciativas de ZEE
- Ausência de uma linguagem que facilite a compreensão e o reconhecimento da importância do ZEE
- ZEEs elaborados por consultorias e desacompanhados da capacitação dos gestores públicos responsáveis por seu acompanhamento e implementação
- Desconsideração do ZEE quando da elaboração do PPA, da LOA e dos planos e políticas regionais e estaduais de desenvolvimento

IMESC 20 anos

GOVERNO DO MARANHÃO
TRABALHANDO PARA TODOS

Conhecimento que constrói o amanhã

www.imesc.ma.gov.br